

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

A “abolição” da escravização dos corpos negros na sociedade brasileira ocorreu seguida de uma completa ausência de políticas de reparação social e econômica para a população negra. As análises relacionadas às dimensões sociais, políticas e econômicas do cenário brasileiro apontam para profundas desigualdades raciais, decorrentes dessa violação de direitos que as pessoas negras sofreram, sofrem e continuam a sofrer.

Entre as recentes políticas de ações afirmativas voltadas para a população negra, fruto de muitas lutas e reivindicações dos movimentos negros, há as voltadas para o contexto do serviço público. Destacamos, nesse âmbito, a Lei n.º 12.711/2012, que reserva vagas para o ingresso no ensino superior federal a estudantes oriundos da rede pública, com recorte para pessoas negras; a Lei n.º 12.990/2014, que determina que 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos sejam destinadas a pessoas negras; e, mais recentemente, o Decreto n.º 11.443/2023, que indica a necessidade de reservar 30% de vagas às pessoas negras em cargos e funções de confiança.

Mesmo com esses avanços, o cenário do serviço público brasileiro continua a reproduzir, de forma geral, as desigualdades existentes na sociedade: dados de 2018 revelam que, embora as pessoas autodeclaradas negras somassem mais de 56% da população brasileira, somente 36% dos servidores públicos se declaravam negros. Além disso, há uma concentração de servidores negros e indígenas nos cargos de nível mais baixo de escolaridade. A análise dos cargos de direção e assessoramento, os mais elevados na hierarquia do Poder Executivo federal, indica que as mulheres negras ocupam somente 1,25% desses cargos.

ENAP. **Datathon**: desigualdades de gênero no serviço público.
Brasília: Enap, 2025, p.12 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, relativos às ideias do texto CB1A1 e à sua tipologia.

- 1 Predomina no texto a tipologia dissertativa, uma vez que os argumentos e dados estatísticos nele apresentados sustentam a tese proposta.
- 2 Conclui-se do texto que, na realidade atual do serviço público brasileiro, as desigualdades raciais diminuíram consideravelmente em razão das ações afirmativas.
- 3 De acordo com as informações do texto, a maior participação da população negra na composição demográfica brasileira reflete-se proporcionalmente na ocupação de cargos públicos.
- 4 No texto, a apresentação dos dados estatísticos tem a função de relativizar a importância das políticas de ações afirmativas voltadas à população negra.
- 5 No primeiro parágrafo, o emprego das aspas em ‘abolição’ sugere que os efeitos do acontecimento histórico a que o vocábulo remete foram limitados, o que se confirma nas informações apresentadas ao longo do texto.

Julgue os itens subsequentes, acerca de aspectos linguísticos do texto CB1A1.

- 6 Sem prejuízo das relações de coesão e coerência textuais, a expressão “Além disso” (último parágrafo) poderia ser substituída pelo vocábulo **Ademais**.
- 7 Estariam mantidos a correção gramatical e os sentidos originais do texto caso o primeiro período do primeiro parágrafo fosse reescrito da seguinte forma: **Na sociedade brasileira, a completa ausência de políticas de reparação social e econômica para a população negra ocorreram concomitantemente com a “abolição” da escravização dos corpos negros.**
- 8 A supressão da vírgula empregada após o segmento “profundas desigualdades raciais” (primeiro parágrafo) preservaria tanto a correção gramatical do texto como os seus sentidos originais.
- 9 Estariam preservadas a correção gramatical do texto e a coerência de suas ideias caso se substituísse, no último parágrafo do texto, o sinal de dois-pontos, empregado após o termo “sociedade”, por ponto final, feitos os devidos ajustes de letra inicial minúscula e maiúscula no novo período.
- 10 No trecho “dados de 2018 revelam que, embora as pessoas autodeclaradas negras somassem mais de 56% da população brasileira, somente 36% dos servidores públicos se declaravam negros” (último parágrafo), o conector “embora” expressa ideia de condição e seu emprego justifica a flexão da forma verbal “somassem” no subjuntivo.
- 11 Os segmentos “fruto de muitas lutas e reivindicações dos movimentos negros” (segundo parágrafo) e “os mais elevados na hierarquia do Poder Executivo federal” (último parágrafo) exercem, nas orações em que se inserem, a mesma função sintática.
- 12 Estariam mantidas a correção gramatical do texto e a coerência de suas ideias caso o primeiro período do segundo parágrafo fosse reescrito da seguinte forma: **As ações afirmativas voltadas para o contexto do serviço público estão entre as recentes políticas destinadas à população negra, que resultam de muitas lutas e reivindicações dos movimentos negros.**
- 13 Dada a referência a diferentes normativos legais no último período do segundo parágrafo, a forma verbal “Destacamos” poderia ser corretamente substituída pelo segmento **Cabem destacar**.
- 14 No último parágrafo, o segmento “Mesmo com esses avanços” expressa circunstância de concessão.

Acerca de raciocínio lógico e analítico, julgue os itens a seguir.

- 15** Considere que os tempos, em dias, de análise de cinco pedidos de aposentadoria tenham sido, respectivamente, 18, 22, 21, 29 e 35. Nessa situação, considerando-se que esses cinco pedidos constituem a população sob análise, o desvio-padrão dos tempos de análise é superior a 7 dias.
- 16** Considere que o fluxo de análise dos pedidos de aposentadoria siga a proposição composta $R \leftrightarrow (P \wedge Q)$, em que P, Q e R são dadas pelas proposições subsequentes. Nesse caso, se a proposição R tiver valor lógico falso, então existem três combinações dos valores lógicos de P e Q que tornam o valor lógico de $R \leftrightarrow (P \wedge Q)$ verdadeiro.

P: “A documentação apresentada pelo segurado está completa.”

Q: “Os dados do segurado no cadastro previdenciário estão regulares.”

R: “O pedido de aposentadoria está autorizado para análise.”

- 17** Considere que um mutirão seja formado para analisar pedidos de aposentadoria e eliminar a fila de espera e que, para isso, sejam formados 3 grupos não ordenados e não identificados, cada um com 5 servidores, sendo 2 analistas e 3 técnicos. Considere ainda que, para formar os 3 grupos, há 8 analistas e 10 técnicos disponíveis. Nesse contexto, é correto afirmar que há mais de 50.000 maneiras de formar os 3 grupos.
- 18** No contexto da lógica proposicional, é correto concluir que o argumento a seguir, apresentado por um segurado enquanto conversava com um técnico previdenciário, é logicamente válido.

“Se a documentação de um pedido de aposentadoria está completa, então o pedido é analisado em até quinze dias úteis.”

“O pedido de Márcia foi analisado em até quinze dias úteis.”

“Portanto, a documentação apresentada por Márcia estava completa.”

Julgue os itens que se seguem, a respeito dos direitos sociais, da administração pública e dos servidores públicos, à luz do disposto na Constituição Federal de 1988.

- 19** O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos possui caráter contributivo e solidário, sendo financiado por contribuições do respectivo ente federativo, dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.
- 20** O direito à renda básica familiar, assegurado ao brasileiro em situação de vulnerabilidade social, independe de lei que estabeleça os requisitos para o seu acesso.
- 21** É admitida a redução salarial decorrente de convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- 22** Ainda que haja compatibilidade de horários, só se admite a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro cargo público quando este último possuir natureza técnica ou científica.

No que se refere aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, julgue os itens seguintes.

- 23** No exercício do controle externo, compete ao tribunal de contas julgar anualmente as contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo.
- 24** O presidente da República poderá delegar a ministro de Estado a atribuição de conceder indulto e comutar penas, devendo ser observados os limites estabelecidos no ato de delegação.
- 25** Embora desempenhe funções predominantemente administrativas e de controle, o Conselho Nacional de Justiça integra expressamente o rol constitucional dos órgãos do Poder Judiciário.

Espaço livre

Julgue os próximos itens, relativos a conceitos de redes de computadores, a técnicas de regressão e a modelagem de dados relacional e multidimensional.

- 26 No aprendizado de máquina supervisionado, a regressão linear pode ser utilizada para estimar valores numéricos contínuos.
- 27 Em um esquema estrela (*star schema*), as tabelas de dimensão devem estar normalizadas até a terceira forma normal, para reduzir redundâncias e melhorar o desempenho analítico.
- 28 No modelo relacional, uma chave estrangeira estabelece um vínculo entre tabelas ao referenciar a chave primária da tabela relacionada, o que contribui para a integridade referencial.
- 29 Em uma *intranet* corporativa, é possível utilizar os mesmos protocolos empregados na Internet, como HTTP, HTTPS e TCP/IP, ainda que o acesso aos recursos fique restrito aos usuários autorizados da organização.
- 30 O protocolo HTTPS substitui o protocolo HTTP pelo protocolo SSL/TLS, razão pela qual o protocolo HTTP deixa de existir durante a comunicação segura entre cliente e servidor.

Julgue os itens seguintes, acerca de ética, moral e *compliance*, bem como de suas aplicações nas organizações públicas.

- 31 Um secretário estadual demonstra o compromisso da alta administração com o plano de integridade ao aprovar formalmente a matriz de riscos institucionais mapeada pela auditoria interna da pasta.
- 32 Um servidor comete falta ética ao usar o horário de almoço regulamentar para ministrar palestra gratuita sobre cidadania em uma escola pública próxima ao seu local de trabalho.
- 33 A moral é constituída do conjunto de regras e costumes práticos de uma sociedade, ao passo que a ética se caracteriza como a reflexão teórica sobre os valores morais.
- 34 Uma associação de bairro fere a ética democrática ao acionar o Ministério Público contra obra pública aprovada em regular audiência com a maioria local.
- 35 Segundo o princípio da eficiência, a redução imediata de despesas operacionais tem precedência sobre a avaliação de impactos éticos e sociais das políticas governamentais.

João praticou, na condição de servidor público, ato em nome do Estado que causou prejuízo a Luiza. Esta, por sua vez, ajuizou ação na qual requereu responsabilidade civil do Estado. Na defesa, o Estado alegou culpa exclusiva de Luiza.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens que se seguem.

- 36 A culpa exclusiva da vítima, se comprovada, é causa atenuante da responsabilidade civil do Estado.
- 37 A ação proposta por Luiza caracteriza controle judicial.

Determinada entidade pública celebrou convênio com entidade privada sem fins lucrativos e, durante a execução da avença, a conveniente descumpriu uma das cláusulas acordadas, tendo sido aplicada penalidade prevista na minuta. Em sua defesa, a conveniente alegou que a sanção não teria validade porquanto o órgão de assessoramento jurídico da administração pública não fizera o controle prévio de legalidade da minuta do convênio.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes, relativos ao disposto no Decreto n.º 11.531/2023, aos poderes da administração pública e ao controle exercido por ela.

- 38 Convênio é o instrumento de cooperação para a execução de ações de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, a título gratuito, sem transferência de recursos, no qual o objeto e as condições da cooperação são ajustados de comum acordo entre as partes.

- 39 A sanção prevista na minuta do convênio em questão caracteriza poder administrativo disciplinar.
- 40 Conveniente é o órgão ou entidade da administração pública responsável pela transferência dos recursos financeiros destinados à execução do objeto de convênio.
- 41 Como regra, a lei determina que o órgão de assessoramento jurídico da administração pública deve realizar o controle prévio de legalidade dos convênios administrativos.
- 42 O controle prévio de legalidade é o exercido pela administração pública antes do início da prática do ato administrativo ou antes de sua conclusão.

Com base nas disposições das Leis n.º 6.288/2002, n.º 7.114/2009 e n.º 8.759/2022, bem como da Lei Complementar n.º 70/2025, todas do estado de Alagoas, julgue os itens a seguir.

- 43 As autarquias e as fundações públicas e privadas estaduais do estado de Alagoas são instituidoras compulsórias da Alagoas Previdência.
- 44 Os fundos de natureza previdenciária atenderão, exclusivamente, ao pagamento mensal e corrente dos benefícios previdenciários devidos aos servidores, militares e seus dependentes, que lhes forem vinculados.
- 45 A Alagoas Previdência deve constituir setor técnico próprio para acompanhar a gestão dos ativos não financeiros do fundo garantidor da Alagoas Previdência (FGAP/AL).
- 46 O Poder Executivo do estado de Alagoas pode promover revisão da segregação de massa do regime próprio de previdência social mediante a transferência de segurados e beneficiários do fundo em capitalização para o fundo em repartição simples.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com o disposto na Lei n.º 7.751/2015 e na Lei Complementar n.º 52/2019, ambas do estado de Alagoas.

- 47 Membro do conselho fiscal da Alagoas Previdência que seja condenado judicialmente perderá automaticamente o mandato assim que a decisão transitar em julgado.
- 48 É possível a cumulação integral de mais uma pensão deixada por companheiro, no âmbito no regime próprio de previdência social do estado de Alagoas, do mesmo instituidor, se as pensões forem decorrentes do exercício de cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal de 1988.
- 49 A composição do conselho deliberativo da Alagoas Previdência é paritária, havendo membros titulares representantes do estado de Alagoas e dos segurados.
- 50 A taxa de administração da Alagoas Previdência é cobrada com base em percentual do valor total do somatório da base de cálculo da contribuição de todo segurado ativo, relativo ao exercício financeiro anterior.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca do sistema de contabilidade federal, do patrimônio público e de seus elementos, julgue os itens a seguir.

- 51** Para fins contábeis, um ativo do setor público pressupõe recurso controlado no presente pela entidade, resultante de evento passado, do qual se espera potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros.
- 52** O sistema de contabilidade federal tem por finalidade registrar, evidenciar e acompanhar atos e fatos relacionados à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de custos, no âmbito da administração pública federal.
- 53** O objeto principal da contabilidade aplicada ao setor público é o orçamento público, sendo o patrimônio público instrumento auxiliar para acompanhamento da execução orçamentária.

Com relação às variações patrimoniais e aos regimes orçamentário e contábil, julgue os itens seguintes.

- 54** Sob o enfoque patrimonial, a receita e a despesa são reconhecidas como variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, quando modificam a situação líquida da entidade, independentemente de corresponderem, no mesmo momento, à arrecadação ou ao pagamento.
- 55** Uma variação patrimonial qualitativa altera a situação líquida patrimonial da entidade, ainda que não envolva ingresso ou saída de caixa.
- 56** No regime orçamentário previsto na Lei n.º 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele lançadas e as despesas nele pagas.

Com pertinência à mensuração de ativos e passivos, julgue os itens subsequentes.

- 57** Suponha que determinada entidade pública tenha adquirido licença de *software* por R\$ 360.000, com vida útil definida de seis anos e sem valor residual, adotando amortização linear no início do exercício. Suponha também que, ao final do segundo ano, antes do teste de recuperabilidade, o valor contábil líquido do ativo era de R\$ 240.000. Nessa situação, constatado que o valor recuperável do ativo era de R\$ 210.000, a entidade deve reconhecer perda por redução ao valor recuperável de R\$ 30.000.
- 58** O ativo intangível gerado internamente deve ser reconhecido sempre que a entidade demonstrar expectativa de utilidade futura, ainda que não seja possível mensurar com confiabilidade o custo atribuível ao ativo.
- 59** Considere que determinada entidade pública seja ré em duas ações judiciais: na primeira, a saída de recursos é provável, e o valor estimado da obrigação é de R\$ 1.800.000; na segunda, a saída de recursos é possível, e o valor estimado é de R\$ 700.000. Nessa situação, deve ser reconhecida provisão de R\$ 1.800.000, sem reconhecimento de passivo referente à segunda ação judicial.
- 60** O custo inicial de item do ativo imobilizado inclui o preço de aquisição e os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias ao funcionamento pretendido pela administração.

No que diz respeito ao tratamento contábil de tributos, ao sistema de custos e ao PCASP, julgue os itens que se seguem.

- 61** No PCASP, a natureza da informação contábil restringe-se às naturezas patrimonial e orçamentária, uma vez que os atos de controle são registrados fora do plano de contas.
- 62** O reconhecimento patrimonial de impostos e contribuições deve ocorrer, em todos os casos, no momento da arrecadação, pois o regime de caixa é aplicável tanto ao enfoque orçamentário quanto ao patrimonial.
- 63** No setor público, a informação de custos deve apoiar o planejamento, o controle, a avaliação de desempenho e a prestação de contas, não se limitando à mensuração de estoques ou à apuração de resultado econômico.

Espaço livre

No que se refere à estrutura do PCASP e às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 64** As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis e devem apresentar informações relevantes para a compreensão das demonstrações, incluindo critérios contábeis utilizados, eventos importantes e detalhamentos necessários.
- 65** Suponha que uma entidade pública tenha iniciado o exercício com saldo financeiro de R\$ 900.000 e que, neste mesmo exercício, tenha havido receita orçamentária arrecadada de R\$ 6.400.000, ingressos extraorçamentários de R\$ 500.000, despesa orçamentária paga de R\$ 5.750.000, pagamento de restos a pagar de R\$ 820.000, e restituição de depósitos de R\$ 260.000. Nessa situação, o saldo financeiro a ser transferido para o exercício seguinte será de R\$ 1.230.000.
- 66** O código da conta contábil no PCASP é estruturado em sete níveis de desdobramento, compostos por nove dígitos, sendo os dois primeiros níveis destinados, respectivamente, à classe e ao grupo.
- 67** O balanço financeiro evidencia apenas receitas arrecadadas e despesas empenhadas, excluindo saldos financeiros provenientes do exercício anterior assim como saldos transferidos para o exercício seguinte.
- 68** Considere que uma entidade pública tenha reconhecido, no exercício, variações patrimoniais aumentativas de R\$ 9.600.000; variações patrimoniais diminutivas de R\$ 7.850.000; ajustes de exercícios anteriores redutores do patrimônio líquido de R\$ 420.000; e superávit financeiro de R\$ 1.100.000, apurado no balanço patrimonial. Nessa situação hipotética, o resultado patrimonial evidenciado na demonstração das variações patrimoniais será de R\$ 2.430.000.

Com relação a receitas e despesas públicas e a restos a pagar, julgue os itens a seguir.

- 69** A classificação da receita orçamentária por fonte ou destinação de recursos identifica a origem dos recursos e sua vinculação, possibilitando controlar se a disponibilidade de caixa pode ser utilizada para o pagamento de restos a pagar.
- 70** Na determinação da suficiência de disponibilidade de caixa para atender a restos a pagar e outras obrigações financeiras, devem ser consideradas as despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.
- 71** A despesa empenhada com base em crédito orçamentário pertence ao respectivo exercício financeiro, mesmo que não tenha sido paga.
- 72** A inscrição de restos a pagar transforma a despesa orçamentária em despesa de exercícios anteriores.
- 73** O pagamento da despesa não deverá ser efetuado antes da verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, devendo o empenho ser cancelado caso não atenda a essa condição.

No que diz respeito a despesas com pessoal, julgue os itens subsequentes.

- 74** Os Poderes e órgãos devem apurar, de forma segregada, a integralidade das despesas com pessoal dos respectivos servidores inativos e pensionistas, mesmo que o custeio dessas despesas esteja a cargo de outro Poder ou órgão.
- 75** Se a despesa com pessoal ultrapassar 95% do limite estabelecido para esse tipo de despesa, o tribunal de contas deverá expedir alerta, e o ente ficará impedido de aprovar crédito suplementar destinado a reforçar a dotação existente.
- 76** Se a despesa com pessoal ultrapassar 95% do limite estabelecido para esse tipo de despesa, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proíbe o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e assistência social.
- 77** No caso de contratos de terceirização de mão de obra, a despesa total com pessoal abrange a substituição de servidores e empregados públicos.
- 78** A despesa total com pessoal é apurada pelo regime de caixa, somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores.

Espaço livre

De acordo com o disposto na NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir.

- 79** Ativo é o recurso presente, decorrente de evento passado e sob controle da entidade, que gera benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- 80** Por possuírem foco restrito em eventos passados, as informações com valor confirmatório são desprovidas de capacidade preditiva, sendo vedada sua integração com previsões futuras na avaliação da sustentabilidade.
- 81** Devido à longevidade de entidades públicas e programas governamentais, os efeitos de decisões atuais se esgotam no próprio exercício, dispensando que a informação sobre a situação patrimonial em um ponto no tempo seja avaliada no contexto de longo prazo nas demonstrações contábeis.

Acerca dos procedimentos contábeis envolvendo provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, julgue os itens que se seguem, em conformidade com as normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

- 82** Passivos contingentes devem ser reconhecidos no balanço quando houver obrigação possível decorrente de eventos passados, ainda que a sua confirmação dependa de eventos futuros incertos.
- 83** O reembolso esperado de uma provisão por um terceiro só deve ser reconhecido como ativo à parte se o seu recebimento for virtualmente certo.

A respeito do tratamento contábil dos estoques no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 84** Estoques adquiridos sem contraprestação devem ter seu custo inicial mensurado pelo valor justo na data do recebimento.
- 85** O custo de estoques não intercambiáveis e de projetos específicos deve ser atribuído pelo custo médio ponderado.

Com base nas disposições da norma de ativo imobilizado aplicada ao setor público, julgue os itens seguintes.

- 86** A exigência de depreciação persiste quando o valor corrente excede o contábil, desde que o valor residual seja menor ou igual ao valor contábil.
- 87** Esses ativos continuam acumulando custos no valor contábil mesmo estando no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração.
- 88** A permuta de ativo imobilizado é mensurada pelo valor corrente se houver natureza comercial; caso contrário, usa-se o valor contábil do ativo cedido.

Conforme o disposto na norma de redução a valor recuperável de ativo gerador de caixa no ambiente do setor público, julgue os itens subsequentes.

- 89** O teste anual de redução ao valor recuperável de unidade geradora de caixa com ágio pode ocorrer a qualquer momento no ano, desde que na mesma época; no entanto, se o ágio for adquirido no ano corrente, o teste deve ser feito antes do fim deste período.
- 90** O valor justo e o valor em uso de uma carteira de ativos geradores de caixa são conceitos convergentes, de modo que ambos refletem as suposições que os participantes do mercado usariam para precificar o ativo.

À luz do disposto nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público sobre a apresentação das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 91** Empréstimo vencido por quebra de compromisso antes da data-base deve ser classificado como não circulante caso o credor aceite, após a data, não exigir pagamento antecipado.
- 92** A divergência de bases entre orçamento e demonstrações contábeis exige a divulgação da conciliação dos valores realizados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- 93** Para que um investimento seja classificado como equivalente de caixa de acordo com a norma relativa à demonstração dos fluxos de caixa, exige-se que ele possua um prazo de vencimento original superior a um ano a partir da data de sua aquisição.

No que se refere às políticas contábeis, à mudança de estimativa e à retificação de erro no setor público, julgue os próximos itens.

- 94** Se for impraticável determinar o efeito cumulativo de mudança de política contábil, a norma permite aplicar a alteração sem ajustar os saldos de abertura do patrimônio líquido.
- 95** A reapresentação retrospectiva para a correção de um erro material de período anterior deve ser excluída do superávit ou do déficit do período no qual o erro foi descoberto.

Quanto aos conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade, julgue os itens que se seguem.

- 96** Controlar o patrimônio de uma entidade é a finalidade primordial da contabilidade.
- 97** A contabilidade é uma ciência social.

A propósito do patrimônio como objeto da contabilidade, julgue os itens a seguir.

- 98** O montante da participação dos sócios ou acionistas no ativo líquido da entidade equivale aos passivos.
- 99** Diz-se que a entidade apresenta passivo a descoberto quando o saldo do seu patrimônio líquido é devedor.

Julgue os itens subsequentes, referentes a atos e fatos administrativos.

- 100** A assinatura de contrato para prestação de serviços de manutenção predial no qual se almeje a margem de lucro de 35% é um fato administrativo modificativo aumentativo.
- 101** A venda de mercadorias à vista com lucro é um fato administrativo misto.
- 102** A transação que modifique a qualidade do patrimônio de uma entidade sem modificar seu montante é um fato administrativo permutativo.

Espaço livre

conta	saldo
caixa	R\$ 100
títulos descontados	R\$ 800
estoques	R\$ 500
imobilizado	R\$ 5.000
capital social	R\$ 1.000
ações em tesouraria	R\$ 100
receita de vendas	R\$ 1.500
contas a receber a curto prazo	R\$ 700
perdas na alienação de bens	R\$ 100
custo das mercadorias vendidas	R\$ 700
contas a pagar	R\$ 400
despesas administrativas e comerciais	R\$ 200
depreciação acumulada	R\$ 1.200

Suponha que, na contabilidade de uma entidade, conste o conjunto de contas apresentado na tabela acima e seus respectivos saldos. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 103** As contas do ativo circulante totalizam R\$ 1.300.
- 104** As contas de natureza devedora totalizam saldo superior a R\$ 7.000.
- 105** O total do saldo das contas credoras soma menos de R\$ 4.500.
- 106** Mais de cinco contas são credoras.

No que se refere ao plano de contas contábil, julgue os itens a seguir.

- 107** O texto “conta que registra os ganhos financeiros obtidos em transações tanto com clientes quanto com outras partes com as quais a empresa se relaciona” refere-se à função de uma conta.
- 108** Denomina-se plano de contas a lista sistematizada de rubricas utilizadas por entidades para execução de sua contabilidade, sendo, em geral, constituída por um código numérico e o nome da respectiva rubrica.

Acerca da escrituração contábil, julgue os itens que se seguem.

- 109** Nos termos da lei, a escrituração mercantil deve ser realizada no livro diário, que pode ter formato físico ou digital.
- 110** É requisito normativo básico para a escrituração contábil adequada o uso de histórico padronizado identificado por código numérico ou alfanumérico, acompanhado da descrição da essência da transação econômica representada.

No que diz respeito à contabilização de operações mercantis e financeiras diversas, julgue os itens subsequentes.

- 111** Considere que um estabelecimento comercial que utiliza o método de inventário periódico para apuração de estoques tenha vendido, a prazo, por R\$ 5 mil, mercadorias que haviam sido compradas, líquidas de ICMS, pelo valor de R\$ 2,5 mil. Considere, ainda, que o ICMS na venda seja de 18%. Nessa situação, a contabilização dessa venda exigirá, de forma imediata, os seguintes lançamentos contábeis.

lançamento	conta	valor
debite	contas a receber	R\$ 5.000
credite	receita de vendas	R\$ 5.000
debite	ICMS sobre vendas	R\$ 900
credite	ICMS a recolher	R\$ 900
debite	custo da mercadoria vendida	R\$ 2.500
credite	mercadorias	R\$ 2.500

- 112** Considere que uma loja que utiliza o método de inventário periódico para apuração de estoques tenha adquirido, a prazo, R\$ 10 mil em mercadorias para revenda, estando embutidos 18% de ICMS nesse valor. Além disso, houve frete de R\$ 500, com ICMS de 12%, destacado na nota fiscal da compra. A loja tem direito à compensação tributária dos valores de ICMS pagos. Nesse caso, a contabilidade da loja deve realizar a seguinte contabilização.

lançamento	conta	valor
debite	compras	R\$ 8.640
debite	ICMS a compensar	R\$ 1.860
credite	fornecedores	R\$ 10.500

- 113** Considere que uma entidade tenha descontado títulos emitidos contra seus clientes, a vencer em até 90 dias, no valor de R\$ 3.000 e que, sobre esse empréstimo, incidiram os valores de R\$ 300, a título de juros, e de R\$ 20, em tarifas para registro dos títulos. Considere também que o desconto tenha sido realizado em um banco comercial. Nessa situação hipotética, a contabilização a ser realizada será a seguinte.

lançamento	conta	valor
debite	banco conta movimento	R\$ 2.680
debite	juros e encargos a transcorrer	R\$ 320
credite	títulos descontados	R\$ 3.000

Espaço livre

Em relação à ferramenta contábil balancete de verificação, julgue os itens seguintes.

- 114** No modelo mais completo de balancete de verificação, apresentam-se, primeiro, os saldos iniciais, tanto devedores quanto credores, das rubricas cujo saldo final, no período que está sendo conferido, seja diferente de zero; em seguida, constam as movimentações ocorridas no período, bem como a indicação do tipo de movimentação — se a débito ou a crédito; e, por fim, registram-se os saldos finais, devedores ou credores.
- 115** Uma das principais funções do balancete de verificação, cujas informações são extraídas diretamente do livro-razão, é auxiliar a verificar se o método das partidas dobradas foi respeitado durante o período contábil.

No que diz respeito ao balanço patrimonial, julgue os próximos itens.

- 116** No ativo circulante, são apresentados os bens e direitos cujo tempo de realização esteja compreendido entre a data de sua aquisição, seu consumo ou processamento e a data de sua realização como caixa ou seus equivalentes, desde que haja expectativa de que essa realização ocorra em até doze meses após a data de encerramento do balanço.
- 117** O objetivo do balanço patrimonial é apresentar a situação patrimonial estática da entidade em um momento específico.

Acerca da demonstração de resultado do exercício (DRE), julgue os itens subsecutivos.

- 118** Variações originadas de planos de previdência pós-emprego com benefício definido podem constar na DRE como ganhos ou como perdas do período.
- 119** A DRE constitui-se em demonstração de caráter dedutivo que, de modo resumido, demonstra como o resultado societário foi obtido no período representado.
- 120** Os valores dedutivos contidos na DRE são todos classificados, *stricto sensu*, como despesas.

Espaço livre
